

à escala local. Neste contexto, referencio a importância das influências do processo histórico da descentralização e dos processos de *dependência do caminho* para a construção das diferentes ordens locais. Destaco ainda a historicidade destes processos políticos e sociais; argumento como a política nacional dos CLE/CME adquire feições diferentes em cada espaço local em função do caminho que cada um percorre, das opções no passado, dos *regimes de conhecimento locais*; identifico os modos de configuração dos CME em função das especificidades de cada ordem local; convoco a pluralidade de atores que interferem nestes processos políticos; menciono os vários pólos, instâncias e níveis de multirregulação da ação pública que influenciam o modo de como essa política pública é executada; finalmente, aludo à densidade e à variedade de conhecimentos mobilizados, características muito próprias das políticas públicas na atualidade.

Palavras-chave: políticas públicas, territorialização da educação, ação pública, multirregulação, conhecimento

NARRATIVAS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

Carla Cibebe Figueiredo

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal
carla.cibebe@ese.ips.pt

Os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) surgem, em Portugal, em dois momentos – TEIP primeira geração (TEIP1) em 1996 e TEIP segunda geração (TEIP2) em 2006/2007 – na esteira de outros projetos de educação compensatória criados em França (ZEP), na Inglaterra e nos EUA, com o intuito de discriminar positivamente escolas integradas em zonas territoriais fortemente afetadas por problemas tais como a pobreza, violência e desemprego. No TEIP1, as escolas apoiadas foram as das periferias urbanas, situadas em bairros com características próximas do *gueto*, assumindo-se a indisciplina e a violência escolar como preocupações centrais enquanto o TEIP2 procurou ter no seu cerne a problemática do insucesso escolar. Neste momento o Ministério da Educação e Ciência considera que o projeto TEIP entrou numa terceira fase (2011/2012), uma vez que se colocaram em concreto aos agrupamentos de escolas metas relativamente ao sucesso escolar. Os agrupamentos incluídos no programa TEIP teriam assim um papel decisivo na inclusão social das crianças e jovens que os frequentam. Embora o termo inclusão social seja de uso comum e esteja definido na literatura da especialidade, a sua apropriação depende em larga medida da vinculação e partilha dos atores em torno da visão particular que constroem. A dimensão cognitiva – ideias que se têm e se partilham sobre um determinado problema é também estruturante da interação social. Interessamos assim compreender os mecanismos de leitura da realidade, numa linha de pesquisa em torno da dimensão cognitiva das políticas. Importa, deste modo, analisar as narrativas construídas por dois tipos de atores que são centrais na definição das micropolíticas nos agrupamentos TEIP: os diretores e os técnicos da área social (psicólogos, técnicos de serviço social, animadores socioculturais). Procuramos descrever a visão que estes actores têm do tema e se isso se consubstancia numa narrativa partilhada ou se, pelo contrário se identificam diferenças atribuíveis às funções que desempenham. Para efetuarmos esta análise, de carácter exploratório, delimitamos os agrupamentos TEIP que são apoiados por peritos externos da instituição em que trabalham e seleccionámos a entrevista (semi-diretiva) ao diretor e a um técnico social como o método mais adequado para captar elementos significativos das narrativas sobre inclusão social.

Palavras-chave: Inclusão Social, Intervenção Prioritária, Dimensão cognitiva das Políticas públicas.